



PMPI

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

MUNICÍPIO DE ALTO LONGÁ – PI

2026 – 2030

ALTO LONGÁ – PI | 2026– 2030

"O cuidado com a primeira infância é o maior investimento que uma nação pode fazer no seu futuro. Cada criança bem cuidada é uma sociedade mais justa construída."



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

BELAUTO MOREIRA TORRES

Prefeito Municipal

MARIA DO SOCORRO SOUSA CAMPOS SOARES

Vice-Prefeito Municipal

BRUNA GABRIELLE NASCIMENTO AGUIAR TORRES

Secretária Municipal de Assistência Social / Articuladora do Plano

PATRÍCIA MOREIRA TORRES

Secretária Municipal de Saúde

ANTONIA CYNARA NUNES VIEIRA

Secretária Municipal de Educação

GESSIKA MARIA MARQUES BEZERRA

Presidente do CMDCA / Mobilizador(a)

IZABEL CRISTINA LUSTOSA

Presidente do Conselho Tutelar



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sumário

INTRODUÇÃO	4
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	5
A garantia de prioridade compreende:.....	5
O PMPI de Alto Longá obedecerá aos seguintes princípios:	6
ASPECTOS HISTÓRICOS DE ALTO LONGÁ	6
DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA	10
Educação Infantil no Plano Municipal da Primeira Infância de Alto Longá-PI.....	10
QUADRO DE MATRÍCULAS — ESCOLAS MUNICIPAIS	12
Indicadores de Saúde (Referência: 2025).....	14
Pré-natal no 1º Trimestre por Unidade de Saúde (2025 – Q1).....	14
Indicadores de Assistência Social (2025).....	15
TABELA CONSOLIDADA DE INDICADORES DO PMPI – ALTO LONGÁ	15
Legenda – Ano de Execução das Metas	16
METAS E ESTRATÉGIAS – PLANO DE AÇÃO	16
I – SETOR DA EDUCAÇÃO.....	16
II – SETOR DA SAÚDE.....	19
III – SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	21
IV – SETOR DE CULTURA E LAZER	23
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28



INTRODUÇÃO

A proteção integral da criança no Brasil representa um dos maiores desafios sociopolíticos do país, exigindo o comprometimento contínuo do Estado, da sociedade e das famílias. Ao longo das últimas décadas, importantes avanços legais foram conquistados, consolidando um novo paradigma de atenção à infância. A garantia desse direito começou a se fortalecer com a Constituição Federal de 1988, que inovou ao reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, rompendo com concepções assistencialistas e estabelecendo bases sólidas para a formulação de políticas públicas mais inclusivas, equitativas e efetivas.

Nesse contexto, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representa um dos principais instrumentos legais de proteção à infância no Brasil. Em seu artigo 7º, assegura-se que a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a implementação de políticas sociais públicas que garantam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Complementarmente, o artigo 4º reforça que é dever compartilhado entre a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação de direitos fundamentais como vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. Tal responsabilidade coletiva evidencia que a proteção integral não se limita à atuação governamental, mas requer uma rede articulada de cuidado e promoção de direitos.

A construção de um Plano Municipal pela Primeira Infância surge, nesse cenário, como uma estratégia essencial para fortalecer políticas públicas voltadas aos primeiros anos de vida. Investir na primeira infância é reconhecer que esse período é decisivo para o desenvolvimento integral do ser humano, influenciando diretamente aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos ao longo de toda a vida. No Brasil, estima-se que existam aproximadamente 23 milhões de crianças nessa fase, o que reforça a necessidade de políticas amplas e integradas. Apesar dos avanços legais e institucionais, ainda persistem desafios significativos, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, onde o acesso a serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento é limitado.

O Município de Alto Longá, localizado no estado do Piauí, apresenta este Plano Municipal pela Primeira Infância como um instrumento de planejamento e gestão que reconhece a centralidade dos primeiros seis anos de vida no processo de desenvolvimento



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

humano. Trata-se de um período marcado por intensa formação de habilidades e competências, mas também por maior vulnerabilidade, o que demanda atenção especial e políticas públicas eficazes. Nesse sentido, o plano reafirma a necessidade de proteção integral e de ações prioritárias, envolvendo de forma articulada o poder público, a família e a sociedade civil.

A aprovação do Marco Legal da Primeira Infância, por meio da Lei Federal nº 13.257/2016, representou um avanço significativo ao estabelecer diretrizes específicas para a formulação de políticas públicas voltadas a essa faixa etária. Entre suas principais recomendações está a elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância, concebidos como instrumentos estratégicos para integrar ações intersetoriais e promover o desenvolvimento infantil de forma plena. O marco legal também destaca a importância de assegurar o direito ao brincar, qualificar profissionais para lidar com as especificidades da infância, fortalecer o atendimento domiciliar em contextos de vulnerabilidade e incentivar a escuta e a participação das crianças na construção de políticas públicas.

Nesse contexto, o Plano Municipal pela Primeira Infância de Alto Longá (PMPI) se consolida como um importante marco na promoção e defesa dos direitos das crianças no município. Estruturado de forma intersetorial, o plano abrange quatro áreas fundamentais — Educação, Saúde, Assistência Social e Cultura/Lazer —, organizando-se em estratégias que visam atender às múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil. Com a definição de metas e ações distribuídas ao longo do período de 2026 a 2030, o documento materializa o compromisso da gestão municipal com a infância, reafirmando a prioridade absoluta que deve ser conferida às crianças.

Além disso, o PMPI representa não apenas um instrumento técnico de planejamento, mas também um compromisso ético e social com a construção de um futuro mais justo e igualitário. Ao investir na primeira infância, o município contribui para a redução das desigualdades, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a formação de cidadãos mais preparados para os desafios da vida em sociedade. Dessa forma, o plano se configura como uma política estruturante, capaz de promover transformações duradouras e impactar positivamente o desenvolvimento local.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

O PMPI de Alto Longá é norteado por dois princípios fundamentais: a prioridade absoluta da criança e a corresponsabilidade entre Estado, sociedade e famílias. A prioridade absoluta está disposta no art. 227 da Constituição Federal e reforçada pelo ECA, art. 4º:

A garantia de prioridade compreende:

- Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

O princípio da corresponsabilidade determina que o dever de proteger e garantir os direitos da criança é compartilhado entre o Estado, a família e a sociedade. Os eixos estratégicos do PMPI de Alto Longá só serão alcançados por meio de um esforço conjugado, que inclui Estado, famílias, organizações da sociedade civil e setor privado.

O Plano está alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU), demonstrando o compromisso de Alto Longá com a agenda global de sustentabilidade e bem-estar humano. O Sistema de Garantia de Direitos local é composto pelo Conselho Tutelar, Ministério Público, órgãos setoriais (Educação, Saúde, Assistência Social), NASF, CRAS, ESF, CMDCA, igrejas, associações comunitárias e delegacia de polícia.

O PMPI de Alto Longá obedecerá aos seguintes princípios:

- Colocar as crianças em primeiro lugar;
- Erradicar a pobreza – investir na infância;
- Não abandonar nenhuma criança;
- Cuidar de cada criança;
- Educar cada criança;
- Proteger as crianças da violência e da exploração;
- Proteger as crianças das guerras;
- Combater o HIV/Aids – proteger as crianças;
- Ouvir as crianças e assegurar a sua participação;
- Proteger a Terra para as crianças.

ASPECTOS HISTÓRICOS DE ALTO LONGÁ

O município de Alto Longá, situado no estado do Piauí, integra a região Centro-Norte Piauiense, compondo a Região Intermediária e Imediata de Teresina, bem como o Arranjo Populacional de Teresina, o que o insere diretamente na dinâmica regional da capital do estado. Localizado a aproximadamente 80 quilômetros de Teresina, Alto Longá apresenta uma posição geográfica estratégica, que favorece a circulação de pessoas, mercadorias e serviços, além de possibilitar articulações institucionais e econômicas com municípios vizinhos e com a capital.

Ao longo de sua trajetória histórica, Alto Longá consolidou-se como um município de forte identidade cultural, social e territorial, marcado por processos históricos típicos do interior nordestino, com predominância de atividades agropecuárias, forte presença da religiosidade popular e expressiva influência



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gentílico: altoense

A história do município de Alto Longá tem início no começo do século XIX, quando o Capitão Benedito José de Souza Brito fixou residência na região, estabelecendo uma fazenda de gado nas proximidades do rio Gameleira, junto a um olho d'água que, por muitos anos, serviu como principal fonte de abastecimento da população local.

Nesse período, foi construída uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Humildes. O fundador doou, além das terras, um expressivo número de cabeças de gado, contribuindo para o desenvolvimento inicial do povoado. Em 1870, foi criado o Curato dos Humildes, posteriormente elevado à categoria de Paróquia de Nossa Senhora dos Humildes.

Graças à atuação do então Juiz da Comarca de Oeiras, Enéas José Nogueira, a Assembleia Provincial aprovou a elevação do povoado à categoria de vila, cuja instalação ocorreu em abril de 1877. Registros históricos indicam que, em 1875, o povoado dos Humildes contava com apenas três casas cobertas de telha e uma pequena capela.

Em janeiro de 1890, a vila teve sua denominação alterada de Humildes para Alto Longá, em razão de sua proximidade com as nascentes do rio Longá.

O município foi extinto em junho de 1931, tendo seu território incorporado ao município de Altos. Entretanto, em agosto de 1934, Alto Longá teve sua autonomia administrativa restaurada, retomando sua condição de município.

O distrito foi criado com a denominação de Humildes, por meio da Resolução Provincial nº 852, de 22 de junho de 1874, subordinado ao município de Teresina.

Posteriormente, foi elevado à categoria de vila, também com o nome de Humildes, pela Resolução Provincial nº 891, de 5 de junho de 1875, desmembrando-se do município de Teresina, tendo como sede a vila de Humildes. A instalação ocorreu em 5 de abril de 1877, sendo constituído inicialmente apenas pelo distrito sede. Por meio do Decreto Estadual nº 8, de 20 de janeiro de 1890, o município passou a denominar-se Alto Longá.

Na divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município era constituído apenas pelo distrito sede. Em 26 de junho de 1931, pelo Decreto Estadual nº 1.279, o município



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

foi extinto e anexado ao município de Altos, passando à condição de simples distrito. Essa situação permaneceu na divisão administrativa de 1933.

O município de Alto Longá foi novamente elevado à categoria de município pelo Decreto Estadual nº 1.575, de 17 de agosto de 1934, desmembrando-se do município de Altos. Nas divisões territoriais de 1936 e 1937, o município manteve-se constituído apenas pelo distrito sede.

A elevação à condição de cidade ocorreu por meio do Decreto Estadual nº 52, de 29 de março de 1938, sendo reinstalado oficialmente em 1º de janeiro de 1939. No quadro territorial vigente entre os anos de 1944 e 1948, bem como nas divisões territoriais posteriores, incluindo a de 2005, o município permaneceu constituído exclusivamente pelo distrito sede. A alteração do nome do município de Humildes para Alto Longá ocorreu por meio do Decreto Estadual nº 8, de 20 de janeiro de 1890

A presença de migrantes cearenses foi determinante nesse processo, uma vez que esses grupos trouxeram consigo conhecimentos técnicos relacionados à criação de animais, práticas agrícolas adaptadas às condições climáticas da região, além de costumes, tradições culturais e formas próprias de organização social. Esses elementos contribuíram significativamente para a constituição da identidade sociocultural do município, que ainda hoje preserva traços marcantes dessa influência.

Outro aspecto relevante na formação histórica de Alto Longá é a religiosidade, que se consolidou como um dos principais elementos de coesão social. As festas religiosas, celebrações de padroeiros, novenas, romarias e outras manifestações de fé sempre exerceram papel fundamental na vida comunitária, funcionando como espaços de encontro, solidariedade e fortalecimento dos vínculos sociais. A cultura religiosa também contribuiu para a preservação da memória coletiva e para a transmissão de valores entre gerações.

Com o crescimento populacional e o fortalecimento das relações sociais e econômicas, Alto Longá avançou no processo de organização político-administrativa, alcançando sua emancipação e consolidando-se como município autônomo.

Do ponto de vista territorial, Alto Longá apresenta uma área da unidade territorial de 1.743,331 km², caracterizando-se como um município de grande extensão territorial,



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

especialmente quando comparado ao seu contingente populacional. Localiza-se a uma latitude de 05°15'04" sul e a uma longitude de 42°12'37" oeste, com altitude média de 170 metros acima do nível do mar.

O território do município está inserido no bioma Cerrado, o que influencia diretamente as características ambientais, o uso do solo e as atividades produtivas. A paisagem é composta por áreas de vegetação nativa, campos naturais e espaços destinados à agricultura e à pecuária, reforçando a relação histórica da população com o meio rural.

A densidade demográfica, registrada no Censo de 2022, foi de 7,73 habitantes por quilômetro quadrado, evidenciando uma ocupação territorial dispersa. Essa característica territorial impõe desafios significativos à gestão pública, sobretudo no que se refere à oferta de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, assistência social, saneamento básico e transporte.

A sede urbana concentra os principais equipamentos administrativos e de serviços, funcionando como polo de referência para a população das comunidades rurais. No entanto, a grande extensão territorial e a dispersão das comunidades exigem estratégias de planejamento territorial que considerem as distâncias geográficas e as condições de acesso da população residente em áreas mais afastadas.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, Alto Longá possuía uma população de 13.479 habitantes, enquanto a população estimada para 2025 é de 13.729 pessoas, indicando relativa estabilidade populacional. Essa estabilidade sugere a manutenção de

POPULAÇÃO	
População no último censo [2022]	13.479 pessoas
População estimada [2025]	13.729 pessoas
Densidade demográfica [2022]	7,73 habitante por quilômetro quadrado

um padrão demográfico típico de municípios de pequeno porte, com crescimento moderado.

A distribuição da população entre a zona urbana e a zona rural reforça o caráter predominantemente rural do município. Esse perfil demográfico influencia diretamente a



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

formulação e a execução das políticas públicas, demandando ações descentralizadas e adaptadas às especificidades territoriais e sociais das comunidades.

Entre os dados que refletem características socioculturais da população, destacam-se os nomes mais frequentes no município, sendo Antônio o nome masculino mais popular, Maria o nome feminino mais recorrente e Silva o sobrenome mais comum, elementos que refletem tradições culturais amplamente difundidas no contexto regional.

DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

De acordo com estimativas do IBGE (2024), a população de Alto Longá é de 13.734 habitantes. O IDHM situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo a Médio, com indicadores socioeconômicos que demandam atenção prioritária para as políticas voltadas à primeira infância. Segundo dados do Censo 2010, 61,5% da população vivia com renda domiciliar de até meio salário mínimo per capita.

A partir de 1996, com a LDB, a Educação Infantil passou a integrar formalmente a Secretaria Municipal de Educação, iniciando um processo estruturado de cuidado e desenvolvimento infantil. Na área da saúde, o município conta com 7 Unidades de Saúde da Família (USF), Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e NASF, que atuam na atenção básica materno-infantil, incluindo pré-natal, puericultura, imunização e vigilância nutricional.

Educação Infantil no Plano Municipal da Primeira Infância de Alto Longá-PI

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e representa um direito fundamental das crianças, sendo essencial para o desenvolvimento integral nos aspectos físico, emocional, cognitivo, social e cultural. No município de Alto Longá-PI, o fortalecimento das políticas públicas voltadas à primeira infância torna-se prioridade estratégica para os próximos quatro anos, alinhando-se às diretrizes do Plano Municipal de Educação (PME 2015–2025) e às novas metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE 2026–2036.

O novo Plano Nacional de Educação (Lei nº 15.388/2026) estabelece como compromisso nacional a ampliação do acesso à Educação Infantil com foco na universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e na ampliação do atendimento em creches para, no mínimo, 60% das crianças de 0 a 3 anos, priorizando a qualidade do atendimento, a equidade e o desenvolvimento integral da criança.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em consonância com essas diretrizes, o município de Alto Longá-PI vem desenvolvendo ações voltadas à expansão e qualificação da Educação Infantil, considerando as metas já previstas no PME 2015–2025, especialmente a Meta 1, que propôs universalizar a pré-escola e ampliar a oferta de vagas em creches. Entre os avanços alcançados, destaca-se a construção de uma creche nos padrões do FNDE, representando importante conquista para o atendimento adequado às crianças da primeira infância.

Atualmente, a rede municipal de ensino possui 18 escolas, totalizando 1.729 alunos matriculados em todas as etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA), sendo que 11 unidades ofertam Educação Infantil. Conforme os dados de matrícula da rede municipal, o total geral de 1.729 alunos distribui-se entre 919 alunos em tempo integral (53,16%), 697 em tempo parcial (40,31%) e 113 na EJA noturno (6,54%). Contudo, apenas uma unidade dispõe de estrutura física específica e adequada para a Educação Infantil – a Creche Municipal Francimelia Carvalho Silveira Costa –, enquanto as demais turmas funcionam em escolas de Ensino Fundamental, compartilhando espaços que nem sempre atendem plenamente às necessidades pedagógicas, lúdicas e de desenvolvimento infantil.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



QUADRO DE MATRÍCULAS — ESCOLAS MUNICIPAIS

NOME	CRECHE I	CRECHE II	CRECHE III	PRÉ I	PRÉ II	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	EJA	TOTAL
2 CRECHE MUNICIPAL FRANCIMELIA		38	66													104
3 ESC AGROTECNICA MUL JOSE NECO									75	58	65	53				254
4 ESC MUL JOAO LOPES DE BRITO		4	5	2	4	3	1	2		1						22
5 ESCOLA MUNICIPAL CANTIDIO SARAIVA		5	3	5	4	1	3	9	8							38
6 ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE SENA ROSA				26	25										24	75
7 ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA						41	33	44	28	43	62	70	82	45		428
8 ESCOLA MUNICIPAL TIO JOAO LOREIDO						22	24	31	25	36					19	157
9 FUNDACAO MARICA SARAIVA		18	15	19	20											72
10 UNIDADE ESCOLAR ELIZABETH MELO LIMA		8	7												29	112
11 UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL JOSE		9		10	11	14	4	8	10	5	12					38
12 UNID ESC ADILINA CARVALHO MATOS		3	5	4	7	2	8	4	5						41	168
13 UNID ESC FRANCISCO PEREIRA DE						15	18	32	23	41						45
14 UNID ESC LUCIO GOMES PEREIRA		10	3	7	4	5	7	4	5							58
15 UNID ESC LUIZ EUGENIO DA COSTA				31	27											44
16 UNID ESC MARIA ROSA DE MOURA		4	5	8	7	7	4	5	3							27
17 UNID ESC PEDRO MARQUES DA COSTA		2	3	2	5	6	3	1	5							11
18 UNID ESC PETRONI PORTELA					4	2	5									89
19 UNID ESC WALMIRA CAMPOS S COSTA						18	19	10	12	10						
TOTAL PARCIAL:	0	97	122	115	122	126	129	152	117	143	140	128	127	98	113	



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



TOTAL GERAL: 1729

TOTAL INTEGRAL:	919	53,16%
TOTAL PARCIAL:	697	40,31%
TOTAL EJA:	113	6,54%

Diante desse cenário, o Plano Municipal da Primeira Infância reafirma o compromisso do município com a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da Educação Infantil, priorizando ações como: ampliação e adequação dos espaços físicos destinados às crianças da Educação Infantil; fortalecimento das políticas de inclusão e atendimento educacional especializado; garantia de formação continuada para professores e equipes pedagógicas; ampliação da oferta de vagas em creches e pré-escolas; implementação de práticas pedagógicas alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil; fortalecimento do acompanhamento intersetorial entre Educação, Saúde e Assistência Social; garantia de alimentação escolar adequada e contextualizada à realidade local; aquisição de materiais pedagógicos, brinquedos educativos e recursos de acessibilidade; e desenvolvimento de avaliações institucionais voltadas à melhoria da qualidade do atendimento.

O município reconhece que investir na primeira infância significa investir no futuro da sociedade, promovendo oportunidades mais igualitárias, reduzindo desigualdades sociais e garantindo às crianças um ambiente acolhedor, seguro, inclusivo e favorável ao desenvolvimento integral. Assim, o Plano Municipal da Primeira Infância de Alto Longá-PI para o período de 2026 a 2030 consolida-se como instrumento de planejamento e compromisso coletivo, orientando políticas públicas capazes de assegurar os direitos das crianças e fortalecer uma Educação Infantil humanizada, inclusiva e de qualidade social



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Indicadores de Saúde (Referência: 2025)

Os dados de saúde materno-infantil registrados em 2025 pelas 7 Unidades de Saúde da Família do município revelam avanços e desafios importantes para a primeira infância:

INDICADOR DE SAÚDE	RESULTADO 2025
Nascidos vivos	101
Cobertura vacinal – VIP (Poliomielite) crianças < 1 ano	106,50%
Cobertura vacinal – Tríplice Viral (SCR) crianças 1 ano	117,07%
Gestantes que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal	77 gestantes
Gestantes com início do pré-natal no 1º trimestre (média municipal)	Variável por USF (0% a 100%)
Óbitos infantis	3 óbitos
Parques/áreas de lazer com equipamentos infantis	Não há

Pré-natal no 1º Trimestre por Unidade de Saúde (2025 – Q1)

UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	CNES	GESTANTES NO 1º TRIM.	% ATINGIDO
USF Martinho Vieira Gomes	2365634	0 / 2	0%
USF Consuelo Soares Ibiapina	2365642	5 / 7	71%
USF São Nicolau	2365650	2 / 5	40%
USF Antônio Ferreira Pacífico	2365669	2 / 3	67%
USF Buriti-Só	5065410	1 / 1	100%
USF Chico Antônio	6035531	3 / 4	75%
USF Catarina	7594100	8 / 9	89%

Fonte: SISAB – Proporção de gestantes com pelo menos 6 consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação. A heterogeneidade dos resultados por unidade aponta a necessidade de estratégias diferenciadas de busca ativa e sensibilização, especialmente na USF Martinho Vieira Gomes (0%) e USF São Nicolau (40%).



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Indicadores de Assistência Social (2025)

INDICADOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	RESULTADO 2025
Crianças de 0 a 6 anos no SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)	47 crianças
Crianças acompanhadas pelo Programa Criança Feliz (PCF)	195 crianças
Famílias com crianças acompanhadas pelo PAIF	04 casos ativos
CRAS com serviços de proteção à primeira infância	100%

TABELA CONSOLIDADA DE INDICADORES DO PMPI – ALTO LONGÁ

TEMAS	INDICADORES DO PMPI	FONTE
Sociodemográficos	População total estimada (2024): 13.734 hab. População de 0 a 4 anos: aprox. 950 População de 5 a 9 anos: aprox. 980 Área territorial: 1.737,836 km²	IBGE 2024 / Censo 2010
Primeira Infância	Nascidos vivos (2025): 101 Registros civis anuais: dados cartório População urbana: aprox. 7.000 População rural: aprox. 6.700	Sec. Municipal de Saúde / SINASC
Saúde	Cobertura VIP (Poliomielite) < 1 ano: 106,50% Cobertura Tríplice Viral 1 ano: 117,07% Gestantes com 7+ consultas pré-natal: 77 Mortalidade infantil: 3 óbitos (2025) Pré-natal 1º trimestre: variável por USF (0% a 100%)	SINASC/MS / SISAB / Sec. Municipal de Saúde
Educação	Total de alunos na Ed. Infantil (2025): 485 Escolas zona urbana: 6 (337 alunos) Escolas zona rural: 8 (148 alunos) Creche Municipal Francimelia: 128 alunos (maior unidade)	Sec. Municipal de Educação
Proteção Social	CRAS com serviços para a 1ª infância: 100% Crianças no SCFV (0 a 6 anos): 47 Crianças no Programa Criança Feliz: 195 Famílias no PAIF: 04 casos ativos	Sec. Municipal de Assistência Social



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TEMAS	INDICADORES DO PMPI	FONTE
Cultura e Lazer	Parques/áreas de lazer com equipamentos infantis: NÃO HÁ Necessidade urgente de implantação de espaços de lazer para crianças	Sec. de Educação e Cultura / Prefeitura Municipal

Legenda – Ano de Execução das Metas

Cada estratégia do Plano de Ação indica o ano previsto de execução, conforme a cor abaixo:

2026 Curto Prazo	2027 Curto/Médio Prazo	2028 Médio Prazo	2029 Médio/Longo Prazo	2030 Longo Prazo
----------------------------	----------------------------------	----------------------------	----------------------------------	----------------------------

Estratégias marcadas para 2026 são de implantação imediata e estruturantes. As de 2027-2028 consolidam os serviços. As de 2029-2030 ampliam, qualificam e garantem a sustentabilidade das políticas para a primeira infância.

As políticas públicas voltadas à primeira infância contemplarão ações multidisciplinares e intersetoriais organizadas nos quatro setores abaixo, com 15 estratégias cada e indicação do ano previsto de execução (2026 a 2030).

METAS E ESTRATÉGIAS – PLANO DE AÇÃO

As políticas públicas voltadas à primeira infância contemplarão ações multidisciplinares e intersetoriais organizadas nos quatro setores abaixo, com 15 estratégias cada e indicação do ano previsto de execução (2026 a 2030).

I – SETOR DA EDUCAÇÃO

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
1	Manutenção e qualificação das unidades de Educação Infantil.	Garantir condições adequadas de funcionamento e infraestrutura para os [alunos matriculados em 2026 nas redes urbana e rural	Número de escolas com laudo de adequação; % de manutenções realizadas no ano	Sec. Educação; Sec. Obras	FUNDEB / FME / FNDE	2026
2	Ampliação de vagas na Creche Municipal	Expandir a capacidade de atendimento da	Número de novas vagas criadas; lista de espera zerada	Sec. Educação; Sec. Obras	FNDE / FME	2026



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
	Francimelia Carvalho Silveira Costa	maior creche municipal para crianças de 0 a 3 anos em situação de lista de espera				
3	Fortalecimento das escolas rurais com foco nas unidades de menor porte.	Evitar fechamento de escolas rurais e garantir qualidade do atendimento às crianças das localidades mais distantes	Número de escolas rurais mantidas; frequência escolar por localidade	Sec. Educação; Conselho de Educação	FUNDEB / Transporte Escolar	2026
4	Elaboração e implementação do currículo municipal de Educação Infantil alinhado à BNCC	Construir currículo contextualizado à realidade cultural e social de Alto Longá para todas as unidades	Currículo aprovado; implementado nas 14 escolas; formação de professores concluída	Sec. Educação	FME	2027
5	Ênfase no brincar como eixo estruturante da Educação Infantil em todas as unidades	Garantir projetos pedagógicos lúdicos nas escolas, valorizando o brincar no desenvolvimento integral	Projetos lúdicos nos PPPs de todas as escolas; relatórios de atividades	Sec. Educação; Sec. Assistência Social	FME / FUNDEB	2026
6	Formação continuada de todos os professores e educadores das unidades de Ed. Infantil	Promover capacitações anuais com formadores especializados em primeira infância para toda a rede	Número de professores capacitados; escolas urbanas e rurais contempladas	Sec. Educação	FUNDEB / FME	2026
7	Garantia de educação inclusiva para crianças com necessidades especiais em todas as unidades	Ofertar AEE complementar nas escolas; adequar espaços físicos; capacitar profissionais para inclusão	Crianças com NEE matriculadas; escolas com AEE; laudos de acessibilidade	Sec. Educação; Sec. Saúde	FUNDEB / MEC	2027
8	Qualidade da alimentação escolar com cardápios adequados à primeira infância nas unidades	Elaborar cardápios mensais com nutricionista para cada faixa etária, garantindo alimentação saudável para os alunos	Cardápios aprovados mensalmente pelo CAE; avaliação nutricional dos alunos	Sec. Educação; Sec. Saúde; NASF	PNAE / FUNDEB	2026



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
9	Ampliação da participação da família no planejamento escolar de todas as unidades	Aproximar família da escola via reuniões participativas, Semana do Bebê e Semana do Brincar	Reuniões com pais realizadas; famílias participantes; eventos documentados	Sec. Educação	FME	2026
10	Ampliação do acervo de materiais pedagógicos, livros e brinquedos para as unidades escolares	Adquirir materiais suficientes para todas as turmas, priorizando escolas rurais com menor recurso	Materiais adquiridos por escola; avaliação de uso pedagógico	Sec. Educação	FUNDEB / PNLD	2027
11	Formação em primeiros socorros para profissionais de todas as unidades (Lei Lucas nº 13.722/2018)	Certificar 100% dos profissionais das escolas em primeiros socorros pediátricos	Número de certificados emitidos; escolas com 100% de profissionais certificados	Sec. Educação; Sec. Saúde	FME	2027
12	Projetos de combate à discriminação e promoção da diversidade nas escolas de Ed. Infantil	Elaborar projetos de inclusão por gênero, etnia e deficiência e inserir nos PPPs de todas as unidades	Projetos implementados; ações registradas; relatos de professores e famílias	Sec. Educação; Sec. Assistência Social	FME / FUNDEB	2028
13	Acesso às tecnologias de informação e comunicação nas unidades de Educação Infantil	Promover uso seguro e pedagógico das TICs respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil	Cronograma de uso; registros de atividades digitais; escolas com equipamentos	Sec. Educação	FME / FNDE	2028
14	Implantação gradual de Educação em Tempo Integral nas unidades urbanas de maior porte	Ampliar a oferta de tempo integral prioritariamente na Creche Francimelia e demais urbanas	Número de turmas em tempo integral; frequência e aproveitamento escolar	Sec. Educação	FUNDEB / FNDE	2029
15	Avaliação institucional anual de todas as unidades de Educação Infantil	Realizar avaliação com indicadores de infraestrutura, qualidade pedagógica e participação familiar por unidade	Relatórios anuais por escola; planos de melhoria elaborados e executados	Sec. Educação; Conselho de Educação	FME	2030



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

II – SETOR DA SAÚDE

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
1	Qualificação do pré-natal em todas as 7 USFs, com meta de 100% de início no 1º trimestre	Superar a heterogeneidade atual (USF Martinho Vieira: 0%; USF São Nicolau: 40%) e garantir início precoce do pré-natal para todas as 101 gestantes/ano	% de gestantes com pré-natal iniciado no 1º trimestre por USF; meta: 100% em todas as unidades	Sec. Saúde; ESF; ACS; NASF	Previne Brasil	2026
2	Busca ativa intensificada pelas ACS nas USFs com menor cobertura de pré-natal no 1º trimestre	Priorizar USF Martinho Vieira Gomes (0%) e USF São Nicolau (40%) com ações de busca ativa e sensibilização das gestantes	Evolução mensal do % de pré-natal no 1º trimestre por USF; número de gestantes captadas	Sec. Saúde; ACS; ESF	Previne Brasil	2026
3	Consolidação da meta de 77+ gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal ao ano	Manter e ampliar o número de gestantes com acompanhamento completo, garantindo qualidade assistencial	Número de gestantes com 7+ consultas; registros no eSUS por USF	Sec. Saúde; ESF; NASF	Previne Brasil	2026
4	Atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério com foco na redução da mortalidade infantil	Elaborar plano de ação para reduzir os 3 óbitos infantis registrados em 2025; realizar análises de óbitos com comitê	Número de óbitos infantis; análise de causa; fichas de investigação de óbito preenchidas	Sec. Saúde; ESF; NASF; CRAS	Previne Brasil / Recurso Estadual	2026
5	Visita domiciliar puerperal até o 7º dia pós-parto para todos os 101 nascidos vivos	Garantir visita de enfermagem a 100% das puérperas nos primeiros 7 dias, com orientação sobre cuidados do recém-nascido	% de puérperas visitadas até o 7º dia; registro no eSUS; óbitos neonatais monitorados	Sec. Saúde; ESF; ACS	Previne Brasil	2026
6	Aconselhamento qualificado para aleitamento materno exclusivo até 6 meses	Ampliar o suporte às puérperas nas 7 USFs e em domicílio para promoção e manutenção do aleitamento materno	% de crianças com aleitamento exclusivo até 6 meses (SISVAN); número de consultas de apoio à amamentação	Sec. Saúde; ESF; NASF; ACS	Recurso Federal / Estadual	2026
7	Manutenção e ampliação da cobertura	Manter as altas coberturas vacinais já	% cobertura vacinal por imunobiológico; doses aplicadas no	Sec. Saúde; ESF; ACS	Previne Brasil / Recurso Estadual	2026



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
	vacinal acima de 95% (VIP: 106,50%; Tríplice Viral: 117,07%)	alcançadas e intensificar a busca ativa de crianças em atraso vacinal	SI-PNI; atraso vacinal zero			2026
8	Puericultura regular com avaliação do crescimento e desenvolvimento de todas as crianças de 0 a 6 anos	Realizar consultas periódicas de puericultura para acompanhamento do desenvolvimento dos 485 alunos e demais crianças	Número de consultas de puericultura; curvas de crescimento; encaminhamentos realizados	Sec. Saúde; ESF; NASF; ACS	Previne Brasil	
9	Implantação do pré-natal odontológico e do pré-natal do homem nas 7 USFs	Ampliar o pré-natal para incluir saúde bucal da gestante e participação do parceiro, reduzindo riscos gestacionais	Número de gestantes com pré-natal odontológico; homens atendidos no pré-natal	Sec. Saúde; ESF; ACS; NASF	Previne Brasil	2027
10	Estratégia para redução da sífilis congênita: testes rápidos e adesão do parceiro ao tratamento	Disponibilizar testes rápidos de sífilis e HIV em todas as 7 USFs; incentivar adesão masculina ao tratamento	Número de testes rápidos realizados; casos de sífilis congênita; parceiros tratados	Sec. Saúde; ESF; NASF; ACS	Previne Brasil	2027
11	Saúde bucal e ocular: exames de rotina anuais para crianças de 0 a 6 anos	Realizar triagem odontológica e teste de acuidade visual em crianças das 14 escolas e nas USFs	Número de crianças examinadas; encaminhamentos realizados; odontologia nas escolas	Sec. Saúde; ESF; ACS; NASF	Recurso Estadual / Federal	2027
12	Rodas de conversa sobre parentalidade positiva, vínculos afetivos e prevenção de violência	Realizar encontros mensais nas USFs sobre parentalidade, educação sem castigos (Lei nº 13.010/2014) e cuidados com a criança	Número de rodas realizadas por USF; famílias participantes; registros em ata	Sec. Saúde; Sec. Assistência; CRAS; Conselho Tutelar	Previne Brasil	2027
13	Informatização e integração dos registros de saúde da criança nas 7 USFs	Manter 100% dos procedimentos registrados no eSUS; garantir acesso intersectorial quando autorizado	% de procedimentos registrados; relatórios de qualidade de dados do eSUS	Sec. Saúde; ESF; ACS	Recurso Estadual / Federal	2027
14	Formação permanente dos	Realizar formações	Número de formações;	Sec. Saúde	Recurso Estadual	2028



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
	profissionais de saúde das 7 USFs para atuação intersetorial	semestrais integradas com educação e assistência social para toda equipe das USFs	profissionais capacitados; atas de reunião; projetos intersetoriais			
15	Implantação de sala lúdica acolhedora para crianças nas unidades de saúde de maior fluxo	Criar espaço lúdico nas USFs de maior demanda para reduzir ansiedade das crianças e melhorar adesão ao atendimento	Salas implantadas; avaliação de satisfação das famílias; % de redução de evasão ao atendimento	Sec. Saúde	FMS / Recurso Estadual	2029

III – SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
1	Fortalecimento do SCFV para as 47 crianças de 0 a 6 anos com atividades intencionais e planejadas	Qualificar metodologicamente os encontros do SCFV para fortalecer vínculos familiares e comunitários das 47 crianças atendidas	Avaliação de processo, resultado e impacto do SCFV; frequência das 47 crianças; relatórios mensais	Sec. Assistência Social; CRAS; Orientadores Sociais	Piso Básico Variável	2026
2	Ampliação do SCFV para além das 47 crianças: meta de 80 crianças de 0 a 6 anos até 2027	Expandir o número de vagas no SCFV para atender mais famílias com crianças em situação de vulnerabilidade	Número de crianças no SCFV; famílias em lista de espera; novas turmas abertas	Sec. Assistência Social; CRAS	Piso Básico Variável	2027
3	Consolidação e qualificação do Programa Criança Feliz (PCF) com 195 crianças acompanhadas	Manter e qualificar o acompanhamento das 195 crianças pelo PCF com visitas domiciliares regulares e estimulação adequada	Número de visitas realizadas; % de crianças com acompanhamento em dia; relatórios do PCF	Sec. Assistência Social; CRAS; Visitadores do PCF	Recurso Federal (PCF)	2026
4	Ampliação do PAIF: aumentar de 4 para 20 casos de famílias com crianças atendidas ativamente	Superar o baixo número de famílias no PAIF (apenas 4 casos em 2025) com busca ativa e articulação intersetorial	Número de famílias no PAIF; casos encerrados com resolução; encaminhamentos realizados	Sec. Assistência Social; CRAS; ACS; ESF	Piso Básico Fixo	2026



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
5	Busca ativa de famílias com crianças em situação de vulnerabilidade nas comunidades rurais e urbanas	Identificar sistematicamente famílias com crianças de 0 a 6 anos em risco social e inclui-las nos serviços	Número de famílias identificadas; inseridas no CRAS; encaminhamentos para PCF e SCFV	Sec. Assistência Social; CRAS; ACS; ESF	Piso Básico Fixo	2026
6	Integração entre o PCF (195 crianças) e o SCFV (47 crianças) para acompanhamento complementar	Garantir que as famílias visitadas pelo PCF sejam articuladas com o SCFV e demais serviços do CRAS	Famílias PCF inseridas no SCFV; reuniões de alinhamento entre equipes; planos de atendimento integrados	Sec. Assistência Social; CRAS; Visitadores PCF	Piso Básico Fixo / Recurso Federal PCF	2026
7	Realização anual da Semana do Bebê com envolvimento das 14 escolas e 7 USFs	Tornar a primeira infância prioridade pública em Alto Longá, mobilizando escola, saúde e comunidade	Número de atividades e participantes; escolas e USFs envolvidas; cobertura na mídia local	Sec. Saúde; Sec. Assistência; Sec. Educação; CMDCA	FMDCA / FUNDEB / FPM	2026
8	Implantação de grupo de apoio à parentalidade positiva no CRAS com suporte do NASF	Criar grupo mensal de encontro entre pais/responsáveis com orientação técnica do CRAS e NASF	Número de grupos realizados; famílias participantes; mudanças de prática relatadas	Sec. Assistência Social; CRAS; NASF; Sec. Saúde	Piso Básico Fixo	2027
9	Estímulo à notificação de violência contra a criança e adoção de medidas protetivas	Qualificar a escuta e o encaminhamento de casos de violência; sensibilizar profissionais e comunidade para notificar	Número de notificações; encaminhamentos ao Conselho Tutelar; casos acompanhados	Sec. Assistência Social; CRAS; Conselho Tutelar; Sec. Saúde	Piso Básico Fixo	2026
10	Promoção da cultura da paz e prevenção da violência intrafamiliar no SCFV e PCF	Trabalhar resolução pacífica de conflitos e cultura de paz com as 47 crianças do SCFV e 195 famílias do PCF	Atividades realizadas; depoimentos de famílias; redução de casos de violência notificados	Sec. Assistência Social; CRAS; Conselho Tutelar; ESF	Piso Básico Variável	2027
11	Capacitação dos visitadores do PCF e orientadores do SCFV em desenvolvimento infantil	Qualificar as equipes que atuam com as 195 crianças do PCF e 47 do SCFV em estimulação e desenvolvimento infantil	Número de capacitações; profissionais certificados; avaliação de qualidade das visitas e encontros	Sec. Assistência Social	Recurso Federal PCF / Piso Básico Variável	2027
12	Aquisição ou reforma de prédio próprio para o CRAS de Alto Longá	Garantir sede adequada ao CRAS para ampliar os serviços ao crescente número	Prédio adquirido ou reformado; laudo de adequação; ampliação da	Prefeitura; Sec. Obras; Sec. Finanças	FPM / Transferências Federais	2027



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
		de famílias atendidas (195 PCF + 47 SCFV + PAIF)	capacidade de atendimento			
13	Mapeamento e fortalecimento das redes de proteção à criança no território	Mapear todos os serviços do SGD de Alto Longá e promover reuniões regulares de rede para articulação de casos	Mapa de rede elaborado; reuniões mensais realizadas; fluxo de encaminhamentos acordado	Sec. Assistência Social; CMDCA; Conselho Tutelar	Piso Básico Fixo	2028
14	Formação permanente dos profissionais do CRAS e equipes do PCF para atuação intersectorial	Realizar formações integradas com saúde e educação semestralmente; incluir pauta de primeira infância	Número de formações; atas; profissionais capacitados; projetos intersectoriais resultantes	Sec. Assistência Social; Sec. Saúde	Piso Básico Fixo	2028
15	Avaliação bienal do PMPI com publicação de relatório de progresso à sociedade	Avaliar o cumprimento das 60 metas, redirecionar ações e publicar relatório em linguagem acessível à comunidade	Relatório bienal publicado; % de metas atingidas por setor; revisão do plano realizada	Comitê de Monitoramento; CMDCA; Sec. Municipal	FPM	2030

IV – SETOR DE CULTURA E LAZER

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
1	Diagnóstico e registro oficial da ausência total de espaços de lazer infantil no município	Formalizar o diagnóstico de que Alto Longá não possui nenhum parque, praça ou área de lazer com equipamentos infantis, para subsidiar captação de recursos	Diagnóstico elaborado e publicado; projetos de lazer submetidos a editais e emendas parlamentares	Sec. Educação e Cultura; Sec. Obras; Prefeitura	FPM	2026
2	Realização da Semana do Brincar anual nas 14 escolas e em espaços públicos disponíveis	Promover a Semana do Brincar como ação estruturante de cultura e lazer enquanto espaços físicos ainda são implantados	Número de crianças participantes (meta: 485 alunos); escolas envolvidas; atividades registradas	Sec. Educação; Sec. Assistência Social; CRAS	FUNDEB / FMDCA	2026



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
3	Exposições itinerantes com produções artísticas das crianças das 14 unidades escolares	Realizar exposições nas escolas e espaços públicos disponíveis, valorizando a criatividade das 485 crianças matriculadas	Número de exposições; escolas participantes (urbanas e rurais); público alcançado	Sec. Educação e Cultura	FUNDEB	2026
4	Inclusão da cultura, história e tradições de Alto Longá nos PPPs das 14 escolas e nas atividades do SCFV	Valorizar a identidade cultural longaense nas 14 escolas e com as 47 crianças do SCFV e 195 famílias do PCF	Projetos culturais nos PPPs; atividades do SCFV registradas; famílias PCF envolvidas	Sec. Educação; Sec. Assistência Social	FUNDEB / FMDCA	2026
5	Parcerias com o terceiro setor, igrejas e associações para ampliar atividades culturais e de lazer	Firmar termos de cooperação para ampliar a oferta cultural e de lazer diante da inexistência de espaços públicos	Parcerias formalizadas; atividades realizadas; crianças e famílias beneficiadas	Sec. Educação; Sec. Assistência Social	FMDCA	2026
6	Projetos de capoeira, dança, teatro e música nas 14 escolas e no SCFV (47 crianças)	Ofertar atividades artísticas gratuitas às crianças de 0 a 6 anos aproveitando os espaços escolares já existentes	Crianças matriculadas; apresentações realizadas; parcerias com artistas longaenses	Sec. Educação e Cultura; Sec. Esportes	FUNDEB / FMDCA	2027
7	Implantação de brinquedoteca municipal – Alto Longá não possui nenhum espaço de lazer infantil	Criar espaço público gratuito de brinquedoteca com brinquedos, jogos e materiais para crianças de 0 a 6 anos como primeira resposta à ausência total de lazer	Brinquedoteca implantada; acervo disponível; crianças das 14 escolas e famílias do PCF/SCFV atendidas	Sec. Educação; Prefeitura Municipal	FPM / FMDCA	2027
8	Campanha de mobilização social pela implantação de parques e espaços de lazer infantil	Sensibilizar a comunidade, o Legislativo e parceiros para a urgência de criar espaços	Abaixo-assinado ou moção da Câmara; cobertura na mídia; famílias mobilizadas	Sec. Educação e Cultura; CMDCA; Conselho Tutelar	FMDCA	2026



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
		de lazer em Alto Longá				
9	Realização de feiras culturais e feira das profissões com as 14 escolas de Ed. Infantil	Realizar feiras anuais valorizando a cultura local e ampliando os horizontes das 485 crianças matriculadas	Número de feiras; escolas participantes; crianças e famílias presentes	Sec. Educação e Cultura	FUNDEB	2027
10	Implantação de projetos de psicomotricidade e iniciação esportiva para crianças de 4 a 6 anos	Ofertar projetos esportivos adaptados à primeira infância nas 14 escolas, em parceria com Sec. de Esportes	Crianças inscritas; projetos em execução; avaliação do desenvolvimento motor	Sec. Esportes; Sec. Educação	FMDCA / FPM	2028
11	Cantinhos de leitura nas 7 USFs e no CRAS para crianças e famílias em espera	Instalar acervos de livros infantis nos 7 pontos de saúde e no CRAS, aproveitando o tempo de espera	Cantinhos implantados nos 7 USFs e no CRAS; livros disponíveis; frequência de uso	Sec. Educação e Cultura; Sec. Saúde	FME / FMDCA	2027
12	Adesão a editais e programas federais/estaduais de cultura, esporte e lazer infantil	Inscrever Alto Longá em programas governamentais para captar recursos e suprir a carência de lazer	Editais concorridos; recursos captados; projetos aprovados; crianças beneficiadas	Sec. Educação; Sec. Esportes	Transferências Federais/Estaduais	2027
13	Construção e equipamento de praça infantil com playground certificado na zona urbana	Implantar a primeira praça pública com equipamentos infantis seguros em Alto Longá, suprimindo lacuna histórica	Praça construída; equipamentos instalados com laudo; crianças usuárias; avaliação das famílias	Sec. Obras; Sec. Educação	FPM / Emendas Parlamentares	2028
14	Extensão de atividades culturais e de lazer às 8 comunidades rurais (Barra do Sambito, São Nicolau, Chico Antonio e outras)	Levar atividades artísticas, culturais e recreativas às localidades rurais, onde vivem 148 das 485 crianças matriculadas	Ações rurais realizadas por localidade; crianças rurais atendidas; calendário de visitas	Sec. Educação e Cultura; Sec. Assistência Social	FMDCA / FPM	2029



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº	ESTRATÉGIA / AÇÃO	OBJETIVOS	INDICADORES PARA MONITORAMENTO	RESPONSÁVEIS	FINANCIAMENTO	ANO DE EXECUÇÃO
15	Implantação de Centro de Convivência Cultural para a primeira infância em Alto Longá	Criar espaço multifuncional permanente para atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer gratuitas para crianças e famílias	Centro implantado; programação mensal; crianças e famílias atendidas; avaliação de impacto	Prefeitura; Sec. Educação e Cultura	FPM / FNAC / Emendas	2030

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento das políticas públicas e metas do PMPI é elemento fundamental para a garantia de sua efetivação, sustentabilidade e eficácia, conforme preconizado no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016, art. 11). O acompanhamento continuado verificará se o Plano está sendo executado conforme o planejado, dentro dos prazos indicados para cada ano de execução. Trata-se, portanto, de um processo permanente e sistemático de verificação do cumprimento das ações, metas e estratégias pactuadas, indispensável para que o município de Alto Longá assegure, de forma concreta e mensurável, a proteção integral e o pleno desenvolvimento das crianças na primeira infância.

O Monitoramento e Avaliação será realizado a cada 2 (dois) anos por um Comitê de Monitoramento e Avaliação do PMPI de Alto Longá, nomeado pelo Executivo Municipal, composto por 01 membro titular e 01 membro suplente de cada uma das seguintes áreas:

- Representantes da área da Educação;
- Representantes da área da Saúde;
- Representantes da área da Assistência Social;
- Representantes do Conselho Tutelar;
- Representantes do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A composição intersetorial do Comitê é intencional e estratégica, uma vez que a primeira infância demanda uma abordagem integrada entre diferentes áreas de política pública. A indicação de membros suplentes assegura a continuidade dos trabalhos do Comitê mesmo em casos de impedimento ou ausência dos titulares, garantindo regularidade e estabilidade ao processo de monitoramento. A articulação entre Educação, Saúde, Assistência Social, controle social e o sistema de garantia de direitos fortalece a visão transversal que deve orientar toda a execução do PMPI, evitando fragmentações e sobreposições de ações.

O Comitê reunir-se-á semestralmente para acompanhar o progresso das 60 estratégias distribuídas nos quatro eixos setoriais, verificando especialmente o cumprimento das metas previstas para cada ano do período de vigência do Plano (2026, 2027, 2028, 2029 e 2030). Nas reuniões semestrais, serão analisados dados de execução, identificados entraves operacionais e propostas medidas corretivas sempre que necessário. Serão elaborados relatórios bianuais com indicadores quantitativos e qualitativos, apresentados publicamente à sociedade civil e ao Legislativo Municipal, promovendo a



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

transparência e o controle social sobre a aplicação dos recursos e o alcance dos resultados.

A participação da sociedade civil no processo de monitoramento é considerada elemento essencial para a legitimidade e efetividade do PMPI. A divulgação dos relatórios em audiências públicas, nos canais oficiais do município e junto aos conselhos de políticas públicas amplia o escopo do controle democrático e estimula o engajamento comunitário em torno das causas da primeira infância.

Eventuais ajustes e revisões do PMPI serão realizados com base nos dados coletados durante o monitoramento, garantindo a permanente adequação do plano às necessidades reais das crianças de Alto Longá. A revisão periódica não representa fragilidade do planejamento, mas sim maturidade institucional e compromisso com resultados concretos, reconhecendo que o contexto social, orçamentário e demográfico do município pode demandar a reorientação de prioridades ao longo do tempo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024). Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014**. Altera a Lei nº 8.069/1990 (ECA) para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante (Lei Menino Bernardo). Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância (Marco Legal da Primeira Infância). Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados (Lei Lucas). Brasília: Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2026–2036). Brasília: Presidência da República, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: maio 2026.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: maio 2026.

ALTO LONGÁ (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação de Alto Longá – PME 2015–2025**. Alto Longá: Prefeitura Municipal, 2015.

ALTO LONGÁ (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de Matrículas da Rede Municipal de Ensino – 2026**. Alto Longá: Secretaria Municipal de Educação, 2025. [Documento interno]

ALTO LONGÁ (Município). Secretaria Municipal de Saúde. **Indicadores de Saúde Materno-Infantil – 2025**. Dados extraídos do SISAB/SINASC. Alto Longá: Secretaria Municipal de Saúde, 2025. [Documento interno]

ALTO LONGÁ (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social. **Indicadores de Assistência Social – 2025**. Alto Longá: Secretaria Municipal de Assistência Social / CRAS, 2025. [Documento interno]

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: maio 2026.